

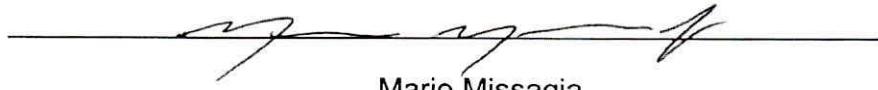


Ata Reunião do NDE
Data: 04 de julho de 2024

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro às 14h30min, se reuniram na sala 202 os membros do NDE do curso presencial e EaD de Pedagogia Bilíngue. Estiveram presentes os seguintes membros: Tania Chalhub, Rosana Prado, Aline Xavier, Maria Carmen Euller, Ana Regina Campello, Maria Inês Azevedo, Simone Gonçalves e Elizabeth Serra. A reunião foi presidida por Mario Missagia, que apresenta os pontos de pauta para serem discutidos neste dia: ***Informes sobre adesão ao ENEM; propostas de alteração para o Ingresso de alunos para a graduação presencial e calendário NDE 2024 e Informes sobre proposta de regulamentação para Gratificação Encargos de Cursos e Concursos.*** O coordenador do curso de Pedagogia Bilíngue presencial, professor Mario Missagia, informa os presentes de que a deliberação tomada neste NDE a respeito da adesão ao SISU com 20% das vagas destinadas a ouvintes em 2025 não será possível, dado o fato de que o INEP não permite mais a aplicação de provas de conhecimentos específicos no SISU. O professor complementa exemplificando o caso do curso de arquitetura da UFRJ que, assim como outros com provas de habilidades específicas, utiliza a nota do ENEM de forma complementar a exame de habilidade específica em vestibulares próprios. Desta forma, para manter a prova de Libras que seria um desejo expresso pelo corpo docente em diversas reuniões de NDE que abordaram o ingresso de alunos, mas a única alternativa seria o uso da prova própria ou o uso da nota do ENEM. A professora Maria Inês Azevedo defende que a criação de um vestibular próprio, com provas especificamente pensadas para nosso público alvo, é um grande investimento e que, diante deste esforço, não vê sentido em adotar uma prova construída sobre um padrão nacional. A professora Ana Regina Campello pergunta aos presentes se hoje o DESU tem prova de língua portuguesa específica para surdos e ouvintes. A professora Yrlla Ribeira esclarece que desde o último vestibular foram preparadas provas distintas para estes dois grupos, mas que por questões técnicas estas provas, mesmo já estando impressas, não puderam ser aplicadas, sendo retiradas o ingresso 2023/2024. A professora Ana Regina Campello reitera seu questionamento e defende que as provas de Língua Portuguesa para surdos e ouvintes sejam aplicadas. A professora defende também que o vestibular próprio deve ser mantido. ***Diante do consenso a respeito do vestibular próprio e da impossibilidade de adesão ao SISU, Mario Missagia propõe com encaminhamento a manutenção do vestibular próprio nos termos praticados em 2023/2024. O encaminhamento é aprovado por unanimidade.*** Ainda discutindo o ingresso presencial, o professor Mario Missagia avalia que o último concurso, mesmo contando com provas de diversas áreas, não teve a possibilidade de qualificar a seleção dos alunos, dado o baixo número de candidatos que compareceram

a seleção dos alunos, dado o baixo número de candidatos que compareceram à prova. Por esta razão o professor defende que os presentes avaliem a possibilidade de implementar uma nota de corte, ainda que isto possa acarretar em uma limitação do ingresso de alunos no curso. O professor defende inclusive que seria possível pensar em um segundo ingresso, voltado para alunos diplomados. A professora Ana Regina Campello compartilha com os presentes sua experiência como estudante na UERJ, instituição a qual oferecia nivelamento aos candidatos aprovados com menores notas. A professora Rosana Prado relembra as discussões passadas neste NDE a respeito da oferta de nivelamento e de um curso pré-vestibular, em especial para ofertar formação em Libras para interessados em ingressar no curso. A professora Maria Inês Azevedo entende que a oferta de formação não deve ser associada ao vestibular e defende que, não havendo nota de corte, haja a oferta de reforço, sendo o aluno aprovado já dono da vaga. A professora Yrla Ribeiro pergunta qual seria o mecanismo utilizado para obrigar um aluno já classificado a cursar o reforço. A professora também questiona se teríamos "pernas" para garantir esta formação. A professora conclui afirmando que hoje não teríamos pessoal suficiente no DESU para darmos conta desta proposta. Diante do fato de que as dificuldades em ofertar reforço para candidatos foram percebidas por todos os presentes, o professor Mario Missagia reitera a proposta de se aplicar uma nota de corte e um segundo ingresso, o qual seria voltado para alunos portadores de diploma em áreas diversas. A professora Rosana Prado defende que diante dos resultados do último ingresso, se adote a nota de corte, ou seja, 40 ou 50% da nota total. No que se refere ao reforço, a professora defende que as eletivas devem cumprir o papel de oferecer a formação necessária para os alunos que demandem formação básica. Outro ponto destacado pela professora é o papel do AEE no atendimento aos alunos com demandas específicas, bem como ao atendimento aos surdos com dificuldades em Língua Portuguesa. A professora Simone entende que criar uma proposta de reforço exigiria ampla consulta aos demais professores. A professora considera que as disciplinas eletivas podem permitir a oferta dos conteúdos necessários. A professora Yrla Ribeiro declara que este espaço o NDE, já é preparado para se conduzir este debate e que os professores presentes são os professores que devem se pronunciar sobre o tema. A professora reforça também que este debate já ocorreu, sendo escolhido o modelo de eletivas para responder a necessidade de ofertar reforço. Sobre o ingresso, a professora vê uma nota de corte de 30% já seria bastante exigente. Mas, diante da dificuldade de se estabelecer uma nota, o melhor seria iniciarmos com uma nota de corte mais baixa, para entendermos na prática seu impacto sobre a seleção. A professora Simone Gonçalves relembra que a primeira turma da graduação presencial foi muito forte, sendo sua seleção muito disputada. A professora relembra ainda como o curso foi exigente com os alunos naquele momento. Mario Missagia defende que o rigor da seleção não passa só pela nota de corte, mas por uma combinação de fatores que inclui também a relação candidato-vaga e a dificuldade das provas. A professora Yrla Ribeiro, respondendo a fala da professora Simone Gonçalves, afirmando que no início do curso havia uma grande demanda represada, inclusive de surdos e ouvintes com fluência em Libras. A professora Rosana Prado defende que ocorra uma revisão da prova quanto a sua adequação formal, com especial atenção à forma como as

surdos. A professora Tania Chalhub manifesta sua preocupação com o nível dos alunos aprovados. Os estreitos limites de alguns dos alunos do primeiro período certamente trará impactos nos resultados que poderemos alcançar ao longo do curso, inclusive no que toca a evasão. A professora conclui defendendo a nota de corte e o ingresso de diplomados como medidas adequadas para lidar com estes desafios. A professora Maria Inês Azevedo defende um vestibular com provas diversas, acordando diferentes áreas do saber, como estratégia para qualificar o ingresso. No entanto, a professora percebe que a edição anterior do vestibular foi marcada por uma fragmentação da prova, a qual impedi o estabelecimento de um padrão conscientemente escolhido e adequado ao público alvo. A professora entende que não foi possível alcançar o resultado esperado em razão do pouco tempo para elaborar a prova. A professora Yrlla Ribeiro defende que a razão pela qual se adotou as provas de diferentes áreas do conhecimento passa pela necessidade de entender o que o aluno sabe a respeito dessas áreas. Sem a adequação formal mencionada pela professora Maria Inês Azevedo este processo não é possível. A professora defende ainda que a prova precisa ser adequada aos surdos e que a tradução seja considerada no momento da elaboração das questões implementando um fluxo de trabalho que culmine com a prova pronta em condições de ser aplicada. **Diante das falas, Mario Missagia propõe a aprovação da nota de corte de 30% e a realização de um ingresso de diplomados. O encaminhamento é aprovado por unanimidade.** O TILs Felipe Brun, que atuava na reunião, afirma que seria importante um TILs participar da prova. A professora Simone Gonçalves defende que um professor surdo atue na revisão da prova. Ainda com a palavra, a professora relata sua experiência com provas de Libras na graduação do curso de Letras/Libras. Com a aprovação do encaminhamento, a professora Maria Inês Azevedo, que atua na Comissão de Ingresso, apresenta minuta de material construído para orientar a formulação de questões para as provas de nosso vestibular próprio. A respeito da apresentação a professora Simone Gonçalves recomenda que a revisão seja feita não apenas nas questões em Língua Portuguesa, mas também na tradução para Libras. A professora Aline Xavier sugere que questões e respostas sejam gravadas separadamente, como forma de evitar que eventuais sugestionamentos aos candidatos possam ocorrer. A própria professora Maria Inês Azevedo propõe a adoção de ficha de avaliação para as questões, como forma de padronizar o processo de revisão. **A minuta apresentada pela professora Maria Inês Azevedo é aprovada por unanimidade.** O professor Mario Missagia apresenta, a título de informe, o aviso de que a comissão de ingresso encaminhará ao colegiado a minuta de portaria que regulamenta o pagamento de GECC. E alerta aos presentes a importância desta minuta para os vestibulares e processos seletivos do Instituto, sendo, portanto, importante que todos fiquem atentos a sua tramitação para terem chance de darem suas contribuições ao texto. Sem mais temas a serem debatidos, às 16h:50min a reunião foi encerrada. A presente ata foi lavrada por Mario Missagia.

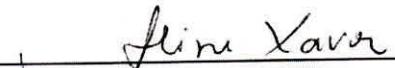


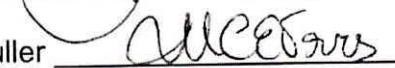
Mario Missagia

Membros do NDE presentes na reunião que concordam com a presente ata

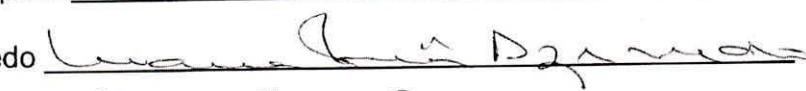
Tania Chalhub 

Rosana Prado 

Aline Xavier 

Maria Carmen Euller 

Ana Regina Campello 

Maria Inês Azevedo 

Simone Gonçalves 

Elizabeth Serra 